

VOL I

POR PALAVRAS E GESTOS

A ARTE DA LINGUAGEM

Mauriceia Silva de Paula Vieira
Patrícia Vasconcelos Almeida
(Organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS
2020

VOLI

POR PALAVRAS E GESTOS A ARTE DA LINGUAGEM

Mauriceia Silva de Paula Vieira
Patrícia Vasconcelos Almeida
(Organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS
2020

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Diagramação: Helber Pagani de Souza
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editora Chefe:

Prof^ª Dr^ª Antonella Carvalho de Oliveira

Organizador:

Wilson Noé Garcés Aguilar

Bibliotecário:

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^ª Dr.^ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^ª Dr.^ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Prof.^ª Dr.^ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof.^ª Dr.^ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College - USA
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín - Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^ª Dr.^ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^ª Dr.^ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo

Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca - Colômbia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P832 Por palavras e gestos [recurso eletrônico] : a arte da linguagem vol I /
Organizadoras Mauriceia Silva de Paula Vieira, Patricia
Vasconcelos Almeida. – Curitiba, PR: Artemis, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-10-1

DOI 10.37572/EdArt_101310720

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vieira, Mauriceia Silva de
Paula. II. Almeida, Patricia

CDD 469

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p.113).

A língua/linguagem, em sua essência, é constitutiva da espécie humana, uma vez que o homem - um ser de linguagem – constrói-se como sujeito por meio da relação dialética que estabelece com seus pares. Nessa relação, a palavra institui-se como ponte entre o “eu e o “outro”. Os fios discursivos, os diferentes modos de dizer e as múltiplas linguagens que se entrecruzam, se complementam e se orquestram.

Em uma sociedade cada vez mais plural e multicultural essas diferentes linguagens reverberam um modo de significar a realidade e expressam não só subjetividades, mas também identidades sociais e culturais. A presença de tecnologias variadas, mediando as interações e trazendo novas nuances para a produção, a difusão e a circulação do saber, requer um olhar cuidadoso sobre as práticas de leitura, de escrita e de oralidade, sobre os letramentos e sobre o ser humano e o conhecimento. Coloca, ainda, como imperativa a formação crítica do sujeito para atuar na contemporaneidade.

Nesse viés, o texto e o discurso, em suas diferentes abordagens epistemológicas, transcendem a primazia dada ao verbal e constituem-se como espaços de reexistência, e porque não de resistência e de batalhas? Assim, as várias vozes que se fazem presentes neste primeiro volume do livro *Por palavras e gestos: A Arte da Linguagem* brindam o leitor com pesquisas que discutem temas relevantes para os estudiosos da área que buscam a compreensão sobre intrincadas questões presentes na contemporaneidade. E, convidam o leitor ao diálogo.

Mauriceia Silva de Paula Vieira
Patricia Vasconcelos Almeida

SUMÁRIO

LETRAMENTOS E LITERATURA

CAPÍTULO 1	1
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: LENDO E ESCREVENDO NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA UNIDADE INTEGRADA WOLNEY MILHOMEM – CAIC	
Ana Patrícia Sampaio Pereira Geirlane Fontineles da Silva Martins Vanessa Gonçalves Candido Rodrigues	
DOI 10.37572/EdArt_1013107201	
CAPÍTULO 2	13
LETRAMENTOS DE REEXISTÊNCIA NA PERIFERIA DE FORTALEZA: UM ESTUDO SOBRE MEDIAÇÃO DE LEITURAS NO PROGRAMA VIVA A PALAVRA	
Vanusa Benício Lopes Claudiana Nogueira de Alencar	
DOI 10.37572/EdArt_1013107202	
CAPÍTULO 3	24
VOZES DE OUTRO GOLPE	
Laís Vidal de Negreiros Batista José Edilson de Amorim	
DOI 10.37572/EdArt_1013107203	
CAPÍTULO 4	39
OUTRO TRAJETO DA NARRATIVA OPERÍSTICA	
Gandhia Vargas Brandão	
DOI 10.37572/EdArt_1013107204	
CAPÍTULO 5	49
IMAGEM E ESTÉTICA: A HEGEMONIA HOLLYWOODIANA E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA	
Johanna Gondar Hildenbrand Francisco Ramos de Farias	
DOI 10.37572/EdArt_1013107205	
CAPÍTULO 6	60
GOTA D'ÁGUA: TESSITURAS DIALÓGICAS COM O MITO DE EURÍPEDES	
Amanda Ramalho de Freitas Brito	
DOI 10.37572/EdArt_1013107206	
PRODUÇÃO ESCRITA	
CAPÍTULO 7	70
ANÁLISE DE PRODUÇÕES: UM ESTUDO DA ESTILÍSTICA LÉXICA	
Diná Tereza de Brito Suellen Arcanjo de Godoy	
DOI 10.37572/EdArt_1013107207	

CAPÍTULO 8 82

O LUGAR DA ORALIDADE E DA ESCRITA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Manoel Cândido Nogueira

Jocilene Mateus Amâncio

Maria de Fátima Araújo Silva

DOI 10.37572/EdArt_1013107208

CAPÍTULO 9 92

O JOGO CAMALEÔNICO DO ANÚNCIO PUBLICITÁRIO: IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS NA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E RECEPÇÃO DO GÊNERO

Paula Silva Abreu

Mauriceia Silva de Paula Vieira

DOI 10.37572/EdArt_1013107209

O DISCURSO SOB MÚLTIPLOS OLHARES

CAPÍTULO 10 106

O DISCURSO NARRATIVO COMO RECURSO PARA OS SUJEITOS-ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS EXPRESSAREM SUA SUBJETIVIDADE

Josiane Aparecida de Paula Bartholomeu

Filomena Elaine Paiva Assolini

DOI 10.37572/EdArt_10131072010

CAPÍTULO 11 119

O DISCURSO DA COMUNIDADE SURDA EM REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA PARA A PRÁTICA DE ENSINO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CLASSES INCLUSIVAS

Flávia Pieretti Cardoso

DOI 10.37572/EdArt_10131072011

CAPÍTULO 12 131

INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO: ALGUNS SENTIDOS POSSÍVEIS

Lisiane Flores de Oliveira Strumiello

DOI 10.37572/EdArt_10131072012

CAPÍTULO 13 139

O DISCURSO TRANSFEMINISTA E O ABALO DAS EVIDÊNCIAS DO SEXO: REUNINDO REFLEXÕES A RESPEITO DA CISGENERIDADE

Beatriz Pagliarini Bagagli

DOI 10.37572/EdArt_10131072013

CAPÍTULO 14 152

SOBRE FALA, ESCUTA E ETIQUETA – ENCONTRO E DESENCONTROS COM MULHERES INDÍGENAS

Ivânia Maria Carneiro Vieira

DOI 10.37572/EdArt_10131072014

CAPÍTULO 15	164
BIBLIOTECAS DIGITAIS, DIREITOS AUTORAIS E O COMPARTILHAMENTO DE MATERIAIS (NÃO) AUTORIZADOS NO ESPAÇO DIGITAL	
Natália Rodrigues Silva	
DOI 10.37572/EdArt_10131072015	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	177
ÍNDICE REMISSIVO	178

SOBRE FALA, ESCUTA E ETIQUETA – ENCONTRO E DESENCONTROS COM MULHERES INDÍGENAS

Data de submissão: 01/06/2020

Data de aceite: 20/07/2020

Ivânia Maria Carneiro Vieira

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

ivaniavieira04@gmail.com.br

<http://lattes.cnpq.br/1719336988574799>

RESUMO: A participação da mulher indígena nas esferas dos movimentos sociais e dos espaços institucionais do Brasil envolve múltiplas e silenciosas batalhas. Uma delas, cotidianamente travada, é a da legitimação do direito de expressão pela fala o que implica no compromisso da plateia em ato de escuta respeitosa e no exercício de formação de audiência na perspectiva da observância dos direitos humanos, da cidadania e dos princípios norteadores da democracia. Este texto problematiza relatos feitos por ativistas indígenas do Estado do Amazonas envolvidas em agendas diversas de lutas pelos direitos das mulheres e dos povos indígenas brasileiros. São abordados fragmentos das narrativas de três mulheres indígenas sobre *sentimento, impedimentos e táticas* por elas acionados nas diferentes arenas das falas em eventos públicos e nos espaços dos encontros indígenas. A finalidade é empreender esforço para compreender elementos discursivos

nos posicionamentos dessas mulheres e as dimensões abrigadas nesses outros passos da marcha da mulher indígena como personificação das jornadas feitas pelas indígenas por dentro da rede de poder que autoriza e veta o discurso oral. São acionadas nesta reflexão noções de representação e representatividade, democracia e direito de expressão, cultura, oralidade, espaço comunicacional e colonialidade a partir dos jogos de linguagem, relações de poder e lugar de fala.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Indígenas. Etiqueta. Direito de Expressão. Colonialidade. Amazônia.

ABSTRACT: Indigenous women participation in social movements and institutional spaces in Brazil involves multiple and silent conflicts. One of them implies legitimizing the right of expression through speech, which focuses on the commitment of the target people in an act of respectful listening and attention to the audience into the perspective of observing human rights, citizenship and the guiding principles of democracy. This text emphasizes reports by indigenous activists (from *Amazonas State*) involved in several struggles for the rights of women and Brazilian indigenous peoples. Feelings, barriers and strategies make part of narrative fragments of three indigenous women

approached in this article. The purpose of this paper is understanding discursive elements in the speech of these women and the dimensions sheltered in these other steps related to the Achievements of the Indigenous as an embodiment of the journeys made by the indigenous people within the powerful network that authorizes and denies their oral speech. This reflection calls attention to representation issues and representativeness, democracy, the right of speech, oral communication, culture, communicational space, and coloniality from language games, political control and speech place.

KEYWORDS: Indigenous Women. Etiquette. Right of Expression. Culture and Coloniality. *Amazônia*.

“Muitos deles não têm paciência para escutar as nossas palavras”. A declaração de Clarice Tukano expõe um sentimento compartilhado por outras mulheres indígenas participantes de frequentes reuniões formais. A não paciência à escuta das palavras percebida por Clarice abriga, neste texto, uma proposta de debate acerca de alguns dos elementos constituidores dos protocolos de eventos e das etiquetas que dão a forma a esses encontros. Na escolha do arquétipo utilizado residem estratégias e táticas a serem operacionalizadas em todo o percurso do acontecimento, da preparação à realização, e, neste conjunto, espaço e tempo de fala são assegurados ou negados em atos concretos e subjetivos.

Ao participarem de reuniões com outros segmentos (não há aqui uma generalizando embora reconheçamos a recorrência), mulheres indígenas se percebem no estreito do palco, onde fala e escuta se realizam por mediações do *tempo* cronometrado, (em negação ao tempo cosmológico, por exemplo o dos indígenas), do *espaço* (compreendido com campo de forças desigualmente acelerado) e de um circuito por onde interações se realizarão dentro de um enquadramento interpretativo.

Reuniões são laboratórios de práticas sociais onde decisões tomadas tendem a orientar grupos, comunidades, povos, e gerar modelos de ação tanto a coletivos sociais, às organizações indígenas, e outros segmentos, compondo o mosaico de expressão da sociedade. Como instâncias de negociação e de instituição das relações de poder, esses eventos abrigam conflitos, de variáveis proporções, e *modus* de operacionalizar instâncias de veto e de autorização do discurso; e estabelecem canais pelos quais se desenvolvem políticas da linguagem, maneiras de comunicação.

Este texto rastreia sentimentos manifestados por mulheres indígenas após participarem de encontros formais (como reuniões e seminários com não-indígenas). Nesses ambientes a disputa do poder de fala e de escuta envolve complexas barreiras que, no caso das indígenas, remetem a diferentes níveis de recepção, desde o acolhimento, passando pela tradução de expressões e ou relatos da língua do seu povo para o português, a língua oficial, à relação conflituosa da dimensão tempo/ espaço como delimitador da fala.

Formas de dominação e de negação de direitos atuam na arena de conflitos naturalizando-as. As indígenas, nesses ambientes, reagem promovendo enquadramentos e assimilações que entendem ser necessários; e também elaboram estratégias de enfrentamento aos modelos dispostos. O lugar de expressão impõe um cotidiano de conflitos, pouco visibilizado que busca fazer a palavra dela falar, a paciência da escuta acontecer. Compreender os mobilizadores da palavra abre caminhos a comunicação se complete entre os diferentes e para que decisões pactuadas sejam expressão do esforço empreendido pela equidade das vozes dos sem-direitos.

No movimento indígena desde 2009, Clarice Gama da Silva Arbella, Clarice Tukano, assumiu, em 2019, a Coordenadoria da Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro (AMARN- *Numiâ-Kura*, “grupo de mulheres”, em tradução livre do tukano). É membro de outros coletivos indígenas e não indígenas que atuam com as temáticas de *povos indígenas*, *mulheres indígenas*, *Amazônia*.

A agenda da ativista é intensa: trabalha em ações contínuas pela revitalização da AMARN, no atendimento às demandas das indígenas vinculadas à organização; para cumprir prazos de prestações de conta, dos relatórios; na promoção das reuniões internas; na realização de feiras artesanais e gastronômicas. A outra página da agenda é participar, externamente, como representante da AMARN, de encontros, congressos, seminários, painéis. Mesmo no sistema de revezamento, criado como meio de envolver as integrantes da coordenadoria, e assegurar a presença da associação no maior número possíveis de encontros. São 70 mulheres e 70 famílias de diferentes etnias que têm na AMARN o único instrumento para obter renda por meio da produção e da comercialização de produtos artesanais, como escola de língua indígena e lugar da convivialidade inter e multicultural.

A consumação de ataques aos povos indígenas (em espancamentos, expulsões e assassinatos), a manutenção de um estado de ameaças e, desde março, os efeitos da pandemia da Covid-19 nas comunidades indígenas, intensificaram os compromissos externos da coordenadoria da AMARN. São muitas reuniões e diferentes ações em várias frentes de enfrentamento a esse quadro ampliado de violências.

Clarice Tukano relata o sentimento por ela experimentado ao participar desses eventos: “em fevereiro¹, fui a um deles. Era muito importante porque tratava da mineração em terras indígenas. Eu fui representando a AMARN. O local estava cheio e os organizadores informaram que as falas deveriam ser feitas em dois minutos. Então, fiquei pensando que nós, os indígenas, não tínhamos espaço para falar. No meio daquela gente toda e com um tempo tão curto, eu só consegui fazer a leitura rápida da carta da FOIRN” (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro).

1 Trata-se do debate sobre "Mineração na Amazônia: desafios e possibilidades", realizado em Manaus, no dia 7 de fevereiro, por iniciativa da SBPC-AM, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e pesquisadores ligados ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Estabelecer o tempo de fala é recurso recorrente nos encontros públicos de caráter democrático, e costuma ser usado na perspectiva de assegurar igualdade de tempo aos presentes que queiram se manifestar. Normalmente, no ato de abertura, como parte das informações é apresentada a dinâmica do encontro aos participantes (no palco, quem coordena e quem faz exposição; na plateia, os interlocutores, os que reagem ao exposto). A categoria tempo produz efeitos diferenciados entre os participantes e é manejada de acordo com os interesses dos bastidores, do palco e da plateia.

O sentimento de direito cerceado a que nos remete a fala de Clarice Tukano, oferece um campo de reflexões que tem na arquitetura dos encontros um dos eixos de referencialidade. Nela, as noções de decisão, tempo, espaço e participação são desenvolvidas em escalas de valores a partir do modelo arquitetônico adotado e do papel desempenhado pelos sujeitos operadores, anfitriões e convidados. Gestam-se procedimentos comunicacionais ainda pouco conhecidos e não sistematizados. De que forma os mecanismos de gestão de encontro podem ser lidos como experiências de confrontos de culturas, de tensionamento comunicacional e de apontamentos para outros exercícios na comunicação?

Ao tratar da centralidade da cultura, Hall (2003, p.133) destaca os entrelaçamentos das práticas sociais como “práxis sensual humana” constituindo a “atividade por meio da qual mulheres e homens fazem a história”. Para Hall, está na cultura a constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social. Nesse emaranhado, é possível pensar como a cultura dominante se corporifica institucionalmente e age nas entrelinhas dos arranjos espaciais mesmo naqueles banhados por águas democráticas e pelo esforço de elaborar outras pedagogias para alcançar outros sujeitos.

Como se situa Clarice no “meio daquela gente toda” tendo que falar em dois minutos, para obedecer a regra? A pergunta que fez a si mesma ao receber a informação do tempo de fala foi: “o que eu consigo dizer em dois minutos?” Leu, rapidamente, uma carta e retomou ao seu assento.

O jogo da linguagem envolve dispositivos que se digladiam em *ponto de vista* e *exposição* convergentes e divergentes no quadro onde “{...} coisas diferentes aparecem quando mudamos as posições relativas entre o observador e observado” (GOMES, 2013, p. 19). Retomo a fala de Clarice:

“{..} na maioria das vezes, nessas reuniões, nós, indígenas, ficamos calados. E, quando falamos, uns parece entender o que queremos dizer, outros não entendem. Estão apressados, não têm paciência para escutar as nossas palavras. E nós, muitas vezes, não conseguimos entender qual é a pauta do encontro. Somos convidados a participar e, aí, somos informados que o tempo para falar é de dois minutos. Sinto que nem sempre temos espaço pra falar, então ficamos lá, ouvindo, caladas. Não é porque não temos o que dizer, é a forma que nem sempre nos permite dizer algo, falar” (maio de 2020²).

2 trecho extraído de entrevista concedida por Clarice, em 5 de maio de 2020, à autora deste artigo como parte de atualização de informações sobre o tema, tratado em novembro de 2019.

A medida do tempo para falar (a um público que carrega consigo outros públicos replicados em profusão simultânea pelas redes sociais), é mecanismo real de controle das relações de poder também agenciados nos protocolos dos eventos públicos e privados, da realeza e da plebe. Está inserida no que Guattari e Rolnik (1999, p.31) identificam como processo de subjetivações duplamente descentrados que implicam no funcionamento de natureza extra pessoal e individual.

Uns conseguirão se manifestar habilmente em dois minutos; outros não. Poderão desenvolver táticas ou estratégias para envolver palco e plateia na encenação que se estenderá sob os sinais ou não do ‘tempo esgotado’, na negociação por mais tempo para se completar naquela determinada cena. E aqueles que, ao receberem a informação do tempo disponível, mentalmente rejeitam usá-lo por registrá-lo como exíguo e ou por se sentirem incapazes de estabelecer a fala pretendida nessa medida de tempo. Uma das premissas de Guattari é que cada indivíduo e cada grupo social opera modelos de subjetividade

Na cronometragem que regem as etiquetas de reuniões o espaço para contemplar as diferenças do lugar de fala e do lugar de escuta irá se confirmar no resultado de embates agenciados. Há o roteiro e pode ocorrer a quebra de protocolo. A hierarquização a partir da ideia de valor do orador, do modelo de oratória de doutos e pessoas brancas coloca o mesmo tempo, cronometrado, para falas de culturas diferentes.

A impaciência no ato da escuta como trata o exemplo citado por Clarice, exige, como contraponto, um modelo equitativo de etiqueta que enuncie, para além de uma cultura protocolar, o respeito e o reaprender sobre a virtude da paciência em oposição a falta dela. Na perspectiva agostiniana a paciência está imbricada na busca em *continuum* da sabedoria e remete a outra noção de tempo, talvez mais próximo do que Clarice Tukano gostaria de ver acontecer nas reuniões entre aliados da causa.

Pensados numa lógica que objetiva alcançar o melhor resultado (para quem?), encontros, seminários, reuniões, painéis movimentam elementos diversos moldados à cultura de um mundo afeito a *rankings* de audiências, *curtidas*, *compartilhamentos* e *comentários* nas redes sociais. Na sociedade de controle, números são fermentados classificando o que foi apatia ou fracasso no circuito das realizações sociais, institucionais, religiosas, empresariais.

COMUNICAÇÃO & NARRATIVAS INDÍGENAS

No Brasil, faltam espaços naturais de circulação da literatura indígena. São poucos os autores indígenas que conseguiram transpor as fronteiras do silenciamento e difundir seus textos nos vários formatos e nas diferentes plataformas. Inexistem

políticas públicas que incentivem a realização de colóquios entre os povos indígenas, e entre estes e os não indígenas; e o país está longe de atender a um quadro satisfatório quanto à produção e disseminação das culturas indígenas nos ambientes escolares, nas universidades, nos institutos, nos eventos culturais e científicos, como valores culturais, sabedoria e conhecimento.

A construção de políticas governamentais e públicas no âmbito da comunicação e das narrativas indígenas envolve a vontade política para enfrentar e romper com níveis de tutela operacionalizados na relação institucional no trato com os indígenas. Prevalcem em operação mecanismos estatais que acoplados produzem sistemática subalternização dos indígenas e mantêm em vigência condutas de preconceito e discriminação como parte do projeto integracionista. Neste momento da história brasileira, estas condutas estão sendo acentuadas.

Em uma das atividades organizadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)³, um debate online reuniu os pesquisadores João Paulo Barreto, do povo tukano, doutorando na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o antropólogo Gersem dos Santos Luciano, do povo Baniwa, professor-doutor na Faculdade de Educação (FACED-UFAM), e o biólogo Phillip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Nele, um dos focos debatido foi a necessidade de a ciência se reposicionar na relação macro que mantêm com os povos indígenas e da recepção à produção do conhecimento, do respeito ao lidar com as percepções de conhecimento e saberes indígenas. As janelas do prédio científico permanecem estreitas e as portas estão fechadas embora em algumas delas os cadeados tenham sido abertos.

Inovar o cânone científico é uma das tarefas emergentes aos cientistas. Precisamos mobilizar pela elaboração e disseminação de outras epistemologias (SANTOS, 2010). A gestão dos encontros pede, nesse arcabouço, o repensar crítico da função do protocolo e da etiqueta, identificando o lugar dado às dimensões intercultural e multicultural. O desafio se coloca em pelo menos dois aspectos: confrontar as ligações vigentes dos procedimentos adotados nesses protocolos com traços de vinculação eurocêntrica; e reescrevê-los na perspectiva do Outro, reconhecendo-o, interligando.

As outras culturas pedem passagem e espaço de expressão nos manuais oficiais e extraoficiais dos eventos e da rotina da ciência, como postula Ailton Krenak (2019, p.63; p.69), ao questionar o valor absoluto do viés técnico sobre as outras dimensões. “{...} a ciência inteira vive subjugada por essa coisa que é a técnica”; e evocar a

3 O evento Marcha (virtual) pela Ciência - #paCTo pela Vida - realizado dia 7 de maio substituiu a reunião física anual da SBPC, cancelada em decorrência da pandemia da Covid-19. Foram realizados 40 debates, dois painéis nacionais; e registradas 57 mil visualizações nas páginas da SBPC no Youtube e Facebook, com 195 mil usuários (balanço divulgado em 8 de maio de 2020 no endereço: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticia>) acessado em 22 de maio de 2020.

religação como princípio. “{...}deveríamos admitir a natureza como uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo{...}”. A educação indígena, nesse contexto, exerce função libertária porque se realiza por meio de outras práticas. Sobre o tema, Gersem Luciano (2013, p. 91; p. 219) afirma: “{...} os intelectuais indígenas foram e continuam a ser atores fundamentais na luta pela autonomia étnica de seus povos{...}” e propõe como bandeira que “{...} a escola indígena cada vez mais se qualifique de forma adequada e coerente com os princípios de interculturalidade, da multiculturalidade e da intercientificidade{...}”. São rascunhos em elaboração dos outros conhecimentos não incluídos pelos agentes majoritários da ciência brasileira.

Possivelmente, se o percurso reivindicado por autores indígenas e o movimento indígena tivesse seguido o processo natural, considerando o marco da Constituição de 1988, rupturas importantes teriam sido consumadas. Outros artefatos do laboratório social estariam sendo hoje vivenciados, na literatura, na comunicação, na política, na cultura, na economia, na ciência. No DNA das instituições brasileiras já estariam expressas as digitais da mudança que, por sua vez, é peça fundamental para o aprimoramento da democracia nacional. Não existiriam as nódoas do retrocesso, mas a memória do percurso feito para eliminá-las.

Cabem na abordagem sobre os protocolos de encontros as perguntas de Zolin-Vesz (2016, p. 29): “Que alianças, que cumplicidades, que resistências nas interpretações” se movem nas paisagens das reuniões de diferentes ativismos do campo progressista? Como os aparatos tecnológicos de comunicação são manipulados, nesses acontecimentos, para divulgação e disseminação dos discursos agenciados por quais interesses?

Imageticamente, os encontros entre indígenas e não indígenas (a distinção feita é em decorrência do tema abordado neste *paper*) já seguiriam, na nossa utopia, outros desenhos arquitetônicos. A imagem é um código que fisga. Todos os artefatos constituintes de reunião, do seminário, de um painel carregam elementos que irão compor cenários comunicacionais. O gesto expresso no *convite* é um deles. Carregaria cerimoniosamente uma cesta de elementos enunciativos que podem ser o do compromisso de incluir, desconstruir progressivamente moldes de protocolos deterministas que articula a inclusão para não incluir. *Tempo* e *espaço*, nesse tipo de laboratório, seriam representados por adoção de estratégias de escuta melhor articuladas na bacia cultural brasileira-amazônica, sempre no esforço e na revisão crítica permanente do cuidado para que uma cultura, a dominante, não permaneça consagrando, nesses ambientes, modelos importados e impostos de uma *etiqueta* padronizadora do ritual de participação como um dos suportes da democracia ocidentalizada. São nas forças democráticas da sociedade esgotada que poderão brotar dispositivos da reinvenção de outras modalidades de representação que não

enclausura saberes, ao contrário, os convoca como novas referencialidades que possam se relacionar com a diversidade de suas formas (JOVCHELOVITCH, 2008, p.293).

Os outros passos na marcha das mulheres indígenas pelo direito de expressão tencionam para alcançar visibilidade na pauta da grande marcha. Após cumprirem as etapas da marcha maior, o que acontece no andar cotidiano dessas mulheres e de seus compromissos agendados? Serão parte dos nomes e dos números numa folha de frequência dos arranjos burocráticos de prestação de contas? Que alianças são tecidas nessas participações e que impactos produzem na reelaboração da etiqueta como instância de comunicação? Estes religam a esperança resiliente a que Thiél (2012, p. 154), descreve como ação para ampliar horizontes, orientar olhares e reflexões onde “{..} as peles silenciosas transformadas em peles sonoras encontram meios de afirmar suas identidades, construir alteridades, negociar sentidos, dar continuidade a tradições, ensinar e aprender”.

ESTRANHO INIBIDOR

Deolinda Freitas Prado⁴, do povo Desana, nascida em lauretê, região do Alto Rio Negro, fronteira com a Colômbia, recorda o sentimento vivido quando, em agosto de 1986, participou do 8º Encontro Nacional Feminista, realizado em Nogueira, bairro do Rio de Janeiro. Pela primeira vez viajava de avião para um lugar desconhecido e um encontro mais desconhecido ainda. Perdeu-se no aeroporto e no percurso até chegar à comunidade onde ocorria o encontro. Relata: “{...} ali, as mulheres falavam muito alto, discutiam muito, parecia que estavam todas brigando umas com as outras {...}. Fiquei calada, espiando tudo aquilo que estava acontecendo. E voltei para Manaus com a cabeça fervilhando. Era muita coisa. Nunca tinha visto uma reunião assim. Ao final, foi bom ter tido a coragem de ir e ver {...}”.

É possível que ao ser indicada entre as mulheres como “a que poderia viajar” para representar as indígenas na reunião e ter completado a missão, Deolinda Prado tenha se tornado a primeira indígena do Amazonas em um encontro feminista que articulava as lutas e as propostas para compor documentos de reivindicação de direitos na futura Constituição brasileira, assinada em 1988.

Deolinda compreendia e falava pouco o português. Chegou jovem a Manaus, contrariada, porque desejava permanecer na sua comunidade. Na capital amazonense trabalhou como doméstica e, ao engravidar, perdeu o posto de trabalho em uma cidade àquela época hostil aos indígenas, às mulheres indígenas. O ambiente hostil permanece.

Tornou-se uma das fundadoras e a primeira coordenadora da AMARN, em 29 de março de 1987, cargo que voltou a ocupar no ano de 2011. O “espiar” e a escuta

⁴ Trechos extraídos de entrevistas concedidas em 2016 à autora, com atualizações em m de 2020

de Deolinda permanecem entranhados nela. Atua até hoje na AMARN como guardiã da história da associação, a mais antiga organização de mulheres indígenas do Brasil em funcionamento; e mulher sábia, conselheira, em torno da qual as mais novas se articulam para conhecer a história e tecê-la no presente como expressão das lutas das indígenas e de suas comunidades (pautas que caminham sempre juntas). Nos encontros, fora da associação, Deolinda espia e escuta; nas rodas de conversa das indígenas, ouve, fala e rir. Sem medo aciona os fios do grande tear (a própria AMARN) e generosamente ensina sobre o trançado da vida feito de dores, tristeza, perdas, achados e alegria. É aparato metodológico a espera de ser conhecimento e incluído nas experiências comprometidas com rupturas de procedimentos supressores de direitos. O jeito de *espionar* e *escutar* de Deolinda está burilado em mais de sete décadas de existência e delinea outra comunicação possível de ser ampliada e influir nas formas do protocolo e da etiqueta utilizadas nos diversos ambientes.

Foram as escutas caminhanças de Francinara Soares⁵, Nara, do povo baré, feitas desde a infância, que a levaram enfrentar o desconhecido, espionar a *paisagem* dos encontros – onde os homens eram a maioria e os únicos com direito à fala - e, nos arranjos tecidos por indígenas, a se tornar a primeira mulher a assumir a coordenação-geral da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Designada para ajudar na organização da assembleia geral da COIAB, em agosto de 2013, Nara Baré integrava a equipe de logística. Esse era o papel que deveria cumprir na arena dos acontecimentos que tiveram como palco a aldeia Umutina, no município Barra do Bugres, no Estado de Mato Grosso.

Nara recorda: “{...} eram 400 participantes, a COIAB conseguiu, naquele ano, levar representantes, os conselheiros, dos nove Estados da Amazônia. {...}. Primeiro a Miquelina me colocou para ser tesoureira numa chapa. Depois, Miquelina, Sonia, Valéria Paye e Simone disseram que eu deveria sair candidata à coordenação-geral. Recusei porque tinha meu filho pequeno que precisava de mim e tinha a faculdade de Administração, um sonho que eu tentava realizar com muita dificuldade. Disse não e segui para pegar algumas coisas em um carro. Aí, a Miquelina me tirou de lá, segurou meus braços e disse ‘vamos lançar uma candidatura feminina e é você’ Quando olhei, naquele momento, o rosto de cada uma delas, os olhos delas, não tive mais como recuar”.

Eleita coordenadora-geral, Nara Baré assumiu uma COIAB fragilizada econômica e politicamente. Passou a cumprir uma agenda regional, nacional e internacional onde o espionar e o escutar tornaram-se meios de aprendizado. Nos encontros com diferentes povos indígenas da Amazônia, Nara encontrou plateias unicamente formada por homens; pastores deliberando sobre as formas de participação dos indígenas e das

⁵ Trechos extraídos de entrevistas concedidas em 2016 à autora, com atualizações em m de 2020

indígenas nos eventos; mulheres indígenas que participavam a partir das escutas no momento da feitura dos alimentos e no das refeições; e aquelas que não se expressavam na língua oficial portuguesa.

Nessas viagens do ver e do sentir outras realidades do mundo foram se apresentando a Nara Baré, desconstruindo certezas e revelando outras verdades. “Aprendo muito em cada jeito de ser das pessoas e desses lugares”, reconhece sem minimizar os efeitos nela causados nos encontros e desencontros do seu caminhar. Hoje, a coordenadora-geral é ouvida por homens e mulheres em diferentes cenários e tempo determinado pela etiqueta prevalente. O que permanece, nos encontros, é o consenso de entendimento fortemente pactuado em torno da generalização no tratamento dos povos indígenas. “{...} é preciso querer compreender nossas diferenças. Não somos iguais porque somos indígenas. Mas, penso que esse aspecto levará tempo para ser aprendido, afinal os brancos que escrevem sobre nós, nos colocam insistem em negar nossas diferenças. Cada povo tem sua cultura e cada cultura é um universo de valores”.

EXPLORAÇÕES FINAIS

A *etiqueta* dos encontros está banhada por um conhecimento europeu que ganhou o novo mundo, as academias, os cursos de formação e os espaços institucionais onde o cerimonial é planejado e executado. Os discursos neles contidos carregam gestos que têm na colonialidade a fonte da matéria-prima usada na confecção dos artefatos cerimonialistas.

Quantas ideias pré-preparadas ou sacadas no momento desses encontros, reuniões ou seminários deixaram de vingar por conta do modelo de etiqueta que não contribui para uma participação plena e equitativa em reuniões de diferentes e diversas culturas e povos.

A porção colonial brasileira age nos diversos campos para estabelecer consensos de veto. E reage duramente diante daquelas e daqueles que, como as mulheres indígenas, insistem, apesar de tudo, em *espionar* e *escutar* os encontros onde elas estão cada vez mais buscando presença, para falar ou silenciar de acordo com o sentimento ao manejarem a modalidade tempo.

Nos arranjos arquitetônicos dos encontros, vistos como construções sociais conflituosas, inúmeras peças são acionadas até a concepção de protótipos que atendem, em geral, as convenções da tradição. Noções de participação, representação e representatividade, imbricadas, irão se revelar nas cenas do começo, meio e fim das reuniões. A linguagem se exprime nas relações de poder estabelecidas nesses ambientes.

Problematizar a *maneira adequada* por onde as noções de tempo e espaço são

exercidas nos encontros implica na revisão das etiquetas as quais os eventos estão afiliados; no questionamento dos formatos de representação, representatividade e participação, aqui sustentados pela interpretação dada por Jovchelovitch (2008, p.286; p.290; e p.291); no reconhecer a dificuldade que a ideia de tempo apresenta; e trazer ao debate as diferentes percepções sobre os efeitos do cronômetro como marcador dos tempos permitidos, encurtados, prolongados, vetados. Trata-se de confrontar um tempo marcado com o tempo representando por outros saberes e outros conhecimentos, outras cosmologias como as quais as culturas indígenas se vinculam.

O tempo em tudo perpassa. Os tempos de fala nos encontros estão presentes em diferentes manuais e roteiros. O marketing da política rege uma performance a ser apresentada em determinado tempo; a legislação eleitoral e partidária configura números em tempo no horário eleitoral; nos meios Televisão e Rádio o *script* está diretamente amarrado à escala dos horários; no futebol, são 90 minutos divididos em duas partes que poderão ter acréscimos arbitrados legitimamente ou não pelo juiz, parte da representação no espetáculo.

Como compreender e resgatar os outros tempos no recipiente onde o tempo oficial se materializa e determina? O tempo evocado por Clarice, Deolinda, Nara está em sintonia com outra cultura de acolhimento onde o ritmo da vida humana se completa no ritmo dos seres não humanos, do movimento das águas que enchem e secam os rios, os igarapés, os lagos, nos tempos da lua, nas mensagens das estrelas, no nascer e pôr do sol; numa circularidade da conversa.

O estranhamento no confronto dos tempos afeta a participação incentivando-a ou dificultando-a. As costuras nesse lidar com as diferenças no mundo poderão gerar outros raciocínios sobre os moldes dos encontros e alterar procedimentos. As rodas de conversa, visibilizadas no modelo freiriano de educação, e os formatos de conversa dos indígenas oferecem subsídios à busca a ser feita por aqueles e aquelas dispostos a forjar outros protótipos de ambientes de encontros. As vozes da Amazônia desenham um território onde *espionar, escutar e bubuiar* dão sentidos de participação. As mulheres indígenas produzem novas paisagens, com assinatura ecossistêmica e um de emergência que de acordo com Jovchelovitch (p.297) pede atenção aos muitos territórios da dor produzidos pela desigualdade. Esse gesto pode ser o outro passo para reinventar a etiqueta dos modos e dos tempos entre os diferentes nas interações que nos comprometem com a realização potencial da comunicação e do entendimento.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas. **Vozes da Amazônia**: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

BURKE, P. e PORTER, R. **História Social da Linguagem**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra, 25ª ed. São Paulo. 1996;

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Editora Vozes, 18ª ed. Petrópolis/RJ, 2011.

GOMES, Paulo C. da Costa. **O Lugar do olhar** – elementos para uma geografia da visibilidade. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2013.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Editora Vozes. Petrópolis/RJ. 1999;

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os Contextos do Saber** – Representações, comunidades e cultura. Editora Vozes. Petrópolis/RJ. 2008.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do Mundo**. Companhia das Letras, São Paulo. 2019.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para o manejo do mundo**: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Edição revista e modificada pelo autor. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das Minorias Ativas**. Editora Vozes. Editora Vozes. Petrópolis/RJ. 2011,

OROZCO, Yury Puello (Org.). **A presença das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão**. São Paulo: Max Editora, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Edusp, São Paulo. 2002.

SANTOS, Boaventura de S. e MENESES, Maria P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina S. A. Coimbra. 2ª ed. 2010

THIEL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora**: a Literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

VIEIRA, Ivânia. **O discurso operário e o espaço da fala da mulher** - um estudo sobre o Linha de Montagem. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002.

VIEIRA, Ivânia. **Lugar de Mulher** – A participação da indígena nos movimentos feministas e indígenas no Estado do Amazonas. Tese/Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017.

ZOLIN-VESZ, Fernando (org.). **Linguagens e Descolonialidades** –arena de embates de sentidos. Editora Pontes. Campinas/SP. 2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Mauriceia Silva de Paula Vieira - Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação e na pós-graduação. Possui experiência docente na educação básica, na formação continuada de professores alfabetizadores e de professores de língua portuguesa. Suas pesquisas se inserem nas seguintes áreas: ensino de língua portuguesa; leitura e práticas de letramentos; letramento digital e uso de tecnologias; análise linguística/semiótica em perspectiva funcionalista.

Patricia Vasconcelos Almeida - Pós doutora em Linguagem e Tecnologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora associada da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação em Letras e na pós-graduação nos programas de Educação (mestrado profissional) e de Letras (mestrado acadêmico). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - Tecnologias e Práticas Digitais no ensino-aprendizagem de línguas. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras mediado pelas tecnologias digitais, tecnologia educacional, ambientes virtuais de aprendizagem.

ÍNDICE REMISSIVO

A

A cartomante 39, 46, 47, 48

Análise de Discurso 105, 106, 107, 118, 131, 138, 143, 148, 164, 175

Anúncio 8, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Aspectos Estilísticos 70, 79

B

Bibliotecas Comunitárias 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23

Bibliotecas digitais 9, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 176

C

Cinema 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61

Círculo de leitura 18, 19

Comunidade Surda 8, 119, 120, 121, 125, 128, 129, 137

D

Dialógico 60, 65

Direito de Expressão 152, 159

Ditadura militar 21, 24, 25, 26, 28, 30, 34, 35, 38, 62

Drama moderno 60, 61, 64, 65, 68, 69

E

Escrita 6, 7, 8, 1, 3, 4, 5, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 37, 41, 43, 45, 54, 62, 66, 70, 73, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 98, 106, 107, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 124, 125, 127, 167, 175

Escrita e oralidade 82, 83

Estética 7, 37, 38, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 80, 130

Etiqueta 8, 152, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162

F

Feminismo 139, 141, 142, 143, 148, 150

G

Gênero 8, 41, 42, 57, 64, 81, 91, 92, 96, 97, 99, 101, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 151

I

Implicações pedagógicas 82, 83, 85

Inclusão escolar 8, 128, 131

L

Leitura e escrita 1, 3, 5, 9, 14, 15, 22, 76, 106

Libras 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 136, 137

Língua Portuguesa 8, 9, 40, 71, 72, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 91, 117, 119, 120, 122, 125, 126, 130, 177

Lúdico 5, 6, 12, 110, 111, 117, 147

M

Memória 20, 24, 26, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 49, 51, 80, 106, 109, 114, 115, 116, 118, 141, 144, 147, 149, 158, 166, 175

Mulheres Indígenas 8, 152, 153, 154, 159, 160, 161, 162, 163

Multimodalidade 92, 93, 94, 96, 97, 100, 104, 105

N

Narração 24, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 55, 56

Narrativa musical 39, 40, 45

O

Opera 39, 40, 156

P

Prática de Ensino 8, 119, 122, 126

Práticas de leitura 6, 5, 13, 14, 15, 18, 19, 22

Produção Textual 70, 71, 72, 73, 76, 78, 90, 91, 130

Psicanálise 106, 107, 111, 117, 132

Publicidade 52, 55, 92

R

Resistência 6, 7, 13, 21, 22, 28, 49, 51, 53, 54, 56, 58, 135, 139, 140, 144, 147, 148, 149

S

Subjetividade 8, 24, 33, 37, 49, 51, 67, 106, 107, 110, 115, 117, 139, 149, 155, 156

Surdo 8, 120, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

T

Tragédia 36, 41, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77

Transexualidade 139, 145, 146



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**